

**INSTITUTO OSWALDO CRUZ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços 97/2018: Objeto: Aquisição de Material Laboratorial; CNPJ: 09608095000103; Item: 14; Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 64/2018-IOC; Processo: 25030.100610/18-13; Data de Assinatura: 18/02/2019. Valor R\$ 8.580,00.

Espécie: Ata de Registro de Preços 195/2018: Objeto: Aquisição de Material Químico; CNPJ: 2189553000120; Item: 04, 13, 15, 19; Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 64/2018-IOC; Processo: 25030.100610/18-13; Data de Assinatura: 18/02/2019. Valor R\$ 163.560,00.

Espécie: Ata de Registro de Preços 194/2018: Objeto: Aquisição de Material Laboratorial; CNPJ: 71957310000147; Item: 08, 09, 17, 18; Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 64/2018-IOC; Processo: 25030.100610/18-13; Data de Assinatura: 18/02/2019. Valor R\$ 474.480,00.

Espécie: Ata de Registro de Preços 192/2018: Objeto: Aquisição de Material Laboratorial; CNPJ: 54446810000103; Item: 07, 10; Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 64/2018-IOC; Processo: 25030.100610/18-13; Data de Assinatura: 18/02/2019. Valor R\$ 294.970,00.

Espécie: Ata de Registro de Preços 196/2018: Objeto: Aquisição de Material Laboratorial; CNPJ: 40392813000199; Item: 05, 06; Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 64/2018-IOC; Processo: 25030.100610/18-13; Data de Assinatura: 18/02/2019. Valor R\$ 60.168,80.

Espécie: Ata de Registro de Preços 198/2018: Objeto: Aquisição de Material Laboratorial; CNPJ: 00920875000101; Item: 16 e 30; Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 64/2018-IOC; Processo: 25030.100610/18-13; Data de Assinatura: 18/02/2019. Valor R\$ 147.170,00.

Espécie: Ata de Registro de Preços 193/2018: Objeto: Aquisição de Material Laboratorial; CNPJ: 05857218000180; Item: 03; Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 64/2018-IOC; Processo: 25030.100610/18-13; Data de Assinatura: 18/02/2019. Valor R\$ 18.000,00.

Espécie: Ata de Registro de Preços 191/2018: Objeto: Aquisição de Material Laboratorial; CNPJ: 31864051000195; Item: 12; Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 64/2018-IOC; Processo: 25030.100610/18-13; Data de Assinatura: 18/02/2019. Valor R\$ 174.800,00.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2019 - UASG 254445

Nº Processo: 25386100012201903. Objeto: Aquisição de correias trapezoidal. Total de Itens Licitados: 31. Edital: 21/02/2019 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Avenida Brasil, 4365 - Mangueiras, Mangueiras - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/254445-5-00035-2019. Entrega das Propostas: a partir de 21/02/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/03/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

FLAVIO ISIDORO DA SILVA
Pregoeiro

(SIASGnet - 20/02/2019) 254445-25201-2019NE802697

RETIFICAÇÃO

Na Inexigibilidade de Licitação Nº 277/2018 publicada no D.O.U de 07/12/2018, Seção 3, Pág. 170, Onde se lê: Contratada: EPPENDORF AG. Valor: R\$ 83.103,96. Leia-se: Contratada: EPPENDORF INC. Valor: R\$ 82.347,01.

(SIDECE - 20/02/2019) 254445-25201-2018NE802697

Ministério do Turismo

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONVÊNIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2019

O Ministério do Turismo, situado na Esplanada dos Ministérios - Bloco "U" CEP 70.765-900, convoca o responsável, conforme tabela a seguir, para regularizar pendências relacionadas à prestação de contas dos repasses diretos, objetos de transferências de recursos de convênios formalizados com este Órgão:

Responsáveis	CPF	Convênio	Órgão/Entidade/UF/CNPJ	Motivo da Devolução das Notificações pelos Correios
PATRICIA PEQUENO COSTA GOMES DE AGUIAR	233.689.933-72	727164/2009	SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO DE FORTALEZA/CE CNPJ: 07.805.447/0001-87	Responsável: Mudou-se
MARCOS ANTÔNIO GONÇALVES	680.707.308-97	708662/2009	Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência/SP CNPJ: 43.337.682/0001-35	Entidade: Mudou-se Responsável: Não procurado
AURINEIDE BEZERRA DE SOUSA PONTES	617.459.523-49	759114/2011	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURISMO DE CROATÁ/CE CNPJ: 10.462.349/0001-07	Responsável: Não localizado
JOÃO LUIZ DOS SANTOS MOREIRA	077.061.890-15	700065/2008	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CONVENTION & VISITORS BUREAUX/DF CNPJ: 03.487.391/0001-09	Entidade: Não localizado
CARMELO PALMIERI PERRONE	841.404.377-15	631627/2008	CÂMARA COMUN. BAIROS SAÚDE, STO CRISTO, PÇA MAUÁ, Z. PORT. LAPA, STA TERESA E CENTRO/RJ CNPJ: 05.158.377/0001-97	Responsável: Mudou-se

O Não atendimento no prazo de 15 dias, a contar da data de publicação, suscitará o registro da inadimplência no SIAFI/CAUC, a instauração do Processo de Tomada de Contas Especial e/ou a inscrição dos responsáveis no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN/SISBACEN.

SOEMES CASTILHO DA SILVA
Coordenadora-Geral de Convênios

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2019 - UASG 370003

Número do Contrato: 7/2017.
Processo: 00190109088201618.
PREGÃO SISPP Nº 1/2017. Contratante: MINISTERIO DA TRANSPARENCIA E - CONTROLADORIA-GERAL DA UN. CNPJ Contratado: 57142978000105. Contratado: BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA - Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 07/2017 por 12 meses, contados a partir de 23 de 23 de fevereiro de 2019, bem como promover o reajuste dos valores em aproximadamente 3,74%, e também a supressão de quantitativos dos itens 1, 2, 5 e 6, conforme Cláusula Segunda. Fundamento Legal: LEI 8.666/93. Vigência: 23/02/2019 a 23/02/2020. Valor Total: R\$2.384.943,64. Fonte: 100000000 - 2019NE800059. Data de Assinatura: 20/02/2019.

(SICON - 20/02/2019) 370003-00001-2019NE000005

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019 - UASG 380005

Processo: 11200001766201872. Objeto: Registro de preços para aquisição futura e eventual de material de consumo - café e açúcar - para atender à Procuradoria da República no Estado do Amapá.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 21/02/2019 das 12h00 às 17h59. Endereço: Ernestino Borges, 535, Centro - Macapá/AP ou

www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/380005-5-00003-2019. Entrega das Propostas: a partir de 21/02/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/03/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CARLOS CICERO DE LACERDA ALENCAR
Pregoeiro

(SIASGnet - 20/02/2019) 200100-00001-2019NE000001

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 1368/2019

Termo de Credenciamento nº 1368/2019, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO UNIÃO e PH SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. Objeto: Prestação de Serviços MÉDICOS. Processo: 1.14.000.001814/2018-58. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: n.º 2018NE000072, de 17/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: n.º 2018NE000142, de 31/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2018NE000035, de 04/01/2018, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2018NE000129, de 30/01/2018. Vigência: 01/02/2019 a 31/01/2024. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA, pelo Credenciado ROGÉRIO CATARINO PEDREIRA.

ESCOLA SUPERIOR

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2019**

A Pregoeira da ESMU torna público a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 02/2019, em favor da empresa SEAL TELECOMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ n. 58.619.404/0008-14, para o item 1, no valor unitário de R\$ 28.497,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e sete reais), em favor da empresa SDR COMÉRCIO E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ n.31.460.781/0001-20, para o item 2, no valor unitário de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e em favor da empresa ELETRO MÓVEIS BOM PREÇO LTDA, CNPJ n. 05.700.510/0001-95, para o item 3, no valor unitário de R\$ 3.129,00 (três mil, cento e vinte e nove reais). Processo nº 0.01.000.006051/2018-14.

FLAVIA ESTEFANIA BORGES TEGOSHI



EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 08/2019. Contratante: União, por intermédio da ESMPU. Contratada: CALEVI MINERADORA E COMÉRCIO LTDA - EPP (CNPJ 03.160.007/0001-69). Objeto: fornecimento de água mineral sem gás em garrafas de 500ml. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 09/2018 e ARP nº 02/2019. Vigência: de 19/02/2019 até 19/02/2020. Data de Assinatura: 19/02/2019. Valor Total: R\$ 454,00. Nota de empenho: 2019NE000082, datada de 31/01/2019. Programa de Trabalho: 03128058120HP0001. Elemento de Despesa: 3.3.90.30. Processo: 0.01.000.1.000306/2019-23. Signatários: IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES, pela Contratante, PABLO CRISPIM LOUREIRO, pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 10/2019. Contratante: União, por intermédio da ESMPU. Contratada: CRISLEI MEDEIROS - ME (CNPJ 12.369.703/0001-70). Objeto: Contratação de empresa especializada para execução, fornecimento e instalação de mobiliários na Escola Superior do Ministério Público da União - Centro de Apoio SP. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 05/2018. Vigência: de 19/02/2019 até 19/05/2019. Data de Assinatura: 19/02/2019. Valor Total: R\$ 17.500,00. Nota de empenho: 2019NE000099, datada de 08/02/2019. Programa de Trabalho: 03128058120HP0001. Elemento de Despesa: 4.4.90.52. Processo: 0.01.000.1.000146/2019-75. Signatários: IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES, pela Contratante, CRISLEI MEDEIROS, pela Contratada.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL**

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

PARTÍCIPES: O Ministério Público Federal - MPF e a POLÍCIA CIVIL DE RORAIMA -PCRR. OBJETO: Transferência de tecnologia para o recebimento e processamento de informações advindas do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA - com o objetivo de agilizar os procedimentos investigativos. Vigência: 15/02/2019 a 15/02/2024. Assinam: ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS, Secretário-Geral do MPF, HERBERT DE AMORIM CARDOSO, delegado-geral de Polícia Civil.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: a União Federal, por intermédio da Procuradoria Regional da República da 1ª Região; Contratada: LOVATH MOBILIÁRIO E DIVISÓRIAS LTDA-EPP; CNPJ: nº 02.810.540/0001-66; Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2017/ANA, referente ao Pregão Eletrônico nº 019/ANA/2017, da Agência Nacional de Águas - fornecimento e instalação de 311 (trezentos e onze) metros quadrados de divisória estruturada em alumínio e fornecimento de 12 (doze) unidades de conjunto de ferragens; Processo: MPF/PRR1 nº 1.01.000.000342/2018-74; Valor: R\$ 106.108,00 (cento e seis mil e cento e oito reais); Nota de Empenho: 2018NE000416, de 19/11/2018; Autorização: Rômulo Alves de Souza, Secretário Regional.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 1/2019**

O pregoeiro da Procuradoria Regional da República da 5ª Região torna público o resultado do Pregão nº 01/2019, cujo objeto é a aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis, mediante sistema de registro de preços. O objeto foi adjudicado e homologado às seguintes empresas: R. P. DA SILVA MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 70.097.282/0001-72 (Lote 01 e itens 43, 44, 45, 52 e 65); C & A CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 01.444.316/0001-35 (Lote 02 e itens 54 e 66); ARIADNER DA SILVA MESSIAS 13220380743, CNPJ 27.204.689/0001-22 (Lote 04 e itens 57 e 70); LIMARI MATERIAIS DE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ 00.207.275/0001-09 (Lotes 05, 06 e 08); JOAO VICTOR ALVES TAVEIRA, CNPJ 30.567.552/0001-47 (Lote 09); RPF COMERCIAL EIRELI, CNPJ 03.217.016/0001-49 (itens 55 e 59); CATARINAELETRO.COM.BR EIRELI (item 58); e BRAGA COMERCIO DE TINTAS LTDA(itens 68, 69 e 72). Os Lotes 03, 07, 10 e 11 e os itens 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 60, 61, 62, 63, 64, 67 e 71 restaram fracassados. Mais informações podem ser obtidas em www.comprasgovernamentais.gov.br.

DANIEL ALMEIDA

(SIDEAC - 20/02/2019) 200100-00001-2019NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2019

Processo nº: 1.13.000.000246/2019-96. Contratante: União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Amazonas, situada na Avenida André Araújo, 358 - Adrianópolis, representada neste ato por sua Secretária Estadual, Sra. Flávia Manarte Hanna. Contratada: W. SANTOS CHAVES - EPP, CNPJ 21.860.768/0001-05. Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios e material de copa e cozinha à PRM-TBT. Valor Anual: R\$ 10.638,84 (dez mil, seiscentos e trinta e oito reais e quatro centavos). Vigência do contrato: de 01/02/2019 a 31/12/2019. Modalidade: Pregão nº 14/2018. Data de Assinatura: 19/02/2019. Assinaturas: - Sra. Flávia Manarte Hanna - Secretária Estadual da PR/AM, pela Contratante, e Sr. Whezelo Santos Chaves - Representante legal, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2019

Contratantes: A União, por intermédio da Procuradoria da República em Mato Grosso. Contratada: ARAGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA-EPP, CNPJ: 04.180.371/0001-53. OBJETO DO CONTRATO: contratação de empresa especializada no fornecimento, de forma parcelada, de água mineral sem gás, envasada em garrafas de 20 litros, para a PRM-Barra do Garças. Fundamento Legal: lei nº 8.666/93. Processo Administrativo: 1.20.004.000416/2018-87. VALOR ANUAL: R\$ 2.275,32 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e cinco centavos).VIGÊNCIA: de 13/02/19 a 31/12/2019. ASSINATURAS: Fábio do Carmo Assis Lanna, pela contratante, Eilon Silva Resende, pela contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2019

Contratantes: A União, por intermédio da Procuradoria da República em Mato Grosso. Contratada: KARINA DUARTE NUSA CANUTO EIRELI-ME, CNPJ: 28.278.342/0001-97. OBJETO DO CONTRATO: contratação de empresa especializada no fornecimento, de forma parcelada, de água mineral sem gás, envasada em garrafas de 20 litros, para a PRM-Cáceres. Fundamento Legal: lei nº 8.666/93. Processo Administrativo: 1.20.000.002349/2018-75. VALOR ANUAL: R\$ 2.275,00 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais). VIGÊNCIA: de 13/02/19 a 31/12/2019. ASSINATURAS: Fábio do Carmo Assis Lanna, pela contratante, Karina Duarte Nusa Canuto, pela contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2019

Contratantes: A União, por intermédio da Procuradoria da República em Mato Grosso. Contratada: DEPÓSITO DE GÁS LESTE MATOGROSSENSE LTDA, CNPJ: 15.010.135/0001-05. OBJETO DO CONTRATO: contratação de empresa especializada no fornecimento, de forma parcelada, de água mineral sem gás, envasada em garrafas de 20 litros, para a PRM-Rondonópolis. Fundamento Legal: lei nº 8.666/93. Processo Administrativo: 1.20.005.000215/2018-40. VALOR ANUAL: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). VIGÊNCIA: de 06/02/19 a 31/12/2019. ASSINATURAS: Fábio do Carmo Assis Lanna, pela contratante, Carlos Alberto Pereira, pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 7º Termo Aditivo de alteração e prorrogação do Contrato 02/2014, decorrente de inexigibilidade de licitação nos termos do art. 25, caput da Lei 8.666/93. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa comutada local e de longa distância nacional, visando ao atendimento das unidades ministeriais do MPF no Estado do Para. Contratada: Telemar Norte Leste S/A, CNPJ-33.000.118/0001-79. Fundamento: Lei 8.666/93. Processo: 1.23.000.000301/2014-97. Valor mensal estimado: R\$ 12.225,24 (doze mil, duzentos e vinte e cinco reais e quatro centavos). Valor anual estimado do contrato: R\$ 146.702,82 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e dois reais e oitenta e dois centavos). Assinatura: 19/02/2019. Vigência: 20/02/2019 a 19/08/2019. Signatários: Raimundo Hélio Nascimento Filho, pela Contratante; e Ivanilde Rosa Bezerra e Jean Silva, pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2019 UASG 200043

PROCESSO nº: 0501/2019-18. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copeiragem, com fornecimento de materiais, nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e das Procuradorias da República nos Municípios de Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia e Volta Redonda. EDITAL: a partir de 22/02/2019 às 12h na Av. Nilo Peçanha, nº 31, sala 423, Centro/RJ ou no site www.comprasgovernamentais.gov.br. ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 22/02/2019 às 12h no site www.comprasgovernamentais.gov.br. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/03/2019 às 11h no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

RAFAEL TADEU SALOMÃO SILVA
Pregoeiro

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2011

ESPÉCIE: 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 46/2011; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.004004/2011-84; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA (LOCADORA): CONSTRUTORA E INCORPORADORA MARTINS POZO LTDA; CNPJ: 10.680.333/0001-62; OBJETO: alteração da Cláusula Terceira - Vigência do Contrato Originário; VIGÊNCIA: 23/07/2019 a 22/07/2020; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP (LOCATÁRIA): Elisa Brito Silva, Secretária Estadual e LOCADORES: PAULO ROBERTO MARTINS POZO e CLÁUDIA PINHATA VIANA MARTINS; DATA DA ASSINATURA: 04/02/2019.

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 7/2012

ESPÉCIE: 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2012; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.000958/2012-07; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: DELC AMBIENTAL LTDA., CNPJ: 46.775.003/0001-06; OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira - Vigência e da Cláusula Quarta - Aluguel, ambas do Contrato Originário; VIGÊNCIA: 15 de fevereiro de 2018 a 14 de fevereiro de 2019; ALUGUEL: O valor mensal de aluguel do imóvel passará de R\$ 106.250,00 (cento e seis mil e duzentos e cinquenta reais) para R\$ 113.220,00 (cento e treze mil e duzentos e vinte reais); SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: Elisa Brito Silva, Secretária Estadual e CONTRATADA: Leonardo Fabian Altstut; DATA DA ASSINATURA: 07/02/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2019

ESPÉCIE: Contrato nº 13/2019; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.007.000440/2018-09; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: LUIGI MAREGA NETO ME; CNPJ: 05.652.341/0001-65; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação, art. 24, Inc. II, Lei nº 8666/93; OBJETO: Fornecimento de água mineral natural, potável, sem gás, acondicionada em garrafas retornáveis com capacidade para 20 (vinte) litros, de propriedade da contratada, na cor azul clara; VIGÊNCIA: 12/02/2019 a 31/12/2019; VALOR GLOBAL: R\$ 4.620,00 (Quatro mil e seiscentos e vinte reais); PROGRAMA DE TRABALHO: 03062058142640001; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.07; EMPENHO: 2019NE000283, de 08/02/2019; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: LUIGI MAREGA NETO; DATA DA ASSINATURA: 12/02/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2019

ESPÉCIE: Contrato nº 17/2019; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.014.000385/2018-50; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: AGUAS DA SERRA COM. DE BEBIDAS LTDA ME; CNPJ: 02.565.700/0001-59; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação, art. 24, Inc. II, Lei nº 8666/93; OBJETO: Fornecimento de água mineral natural, potável, sem gás, acondicionada em garrafas retornáveis com capacidade para 20 (vinte) litros, de propriedade da contratada, na cor azul clara; VIGÊNCIA: 08/02/2019 a 31/12/2019; VALOR GLOBAL: R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos e reais); PROGRAMA DE TRABALHO: 03062058142640001; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.07; EMPENHO: 2019NE000264, de 06/02/2019; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: JOSÉ SANTANA DE SOUZA; DATA DA ASSINATURA: 08/02/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2019

ESPÉCIE: Contrato nº 19/2019; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.026.000007/2019-18; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: JOSÉ ROBERTO DA COSTA GÁS - ME; CNPJ: 08.411.115/0001-80; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação, art. 24, Inc. II, Lei nº 8666/93; OBJETO: Fornecimento de água mineral natural, potável, sem gás, acondicionada em garrafas retornáveis com capacidade para 20 (vinte) litros, de propriedade da contratada, na cor azul clara; VIGÊNCIA: 13/02/2019 a 31/12/2019; VALOR GLOBAL: R\$ 1.344,00 (Um mil e trezentos e quarenta e quatro reais); PROGRAMA DE TRABALHO: 03062058142640001; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.07; EMPENHO: 2019NE000281, de 08/02/2019; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: CRISTIANE MORAES TAVARES, Secretária Estadual Substituta e CONTRATADA: JOSÉ ROBERTO DA COSTA; DATA DA ASSINATURA: 13/02/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2019

ESPÉCIE: Contrato nº 20/2019; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.014.000385/2018-50; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: JCB COMÉRCIO DE GÁS E ACESSÓRIOS LTDA; CNPJ: 19.360.165/0001-00; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação, art. 24, Inc. II, Lei nº 8666/93; OBJETO: Fornecimento de água mineral natural, potável, sem gás, acondicionada em garrafas retornáveis com capacidade para 20 (vinte) litros, de propriedade da contratada, na cor azul clara; VIGÊNCIA: 11/02/2019 a 31/12/2019; VALOR GLOBAL: R\$ 2.025,00 (Dois mil e vinte e cinco reais); PROGRAMA DE TRABALHO: 03062058142640001; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.07; EMPENHO: 2019NE000280, de 08/02/2019; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: JOSÉ CARLOS BORANELLI; DATA DA ASSINATURA: 11/02/2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO

Contratantes: Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto: Prorrogar o Contrato N.º 08/18. Fundamento: Art. 57, II, Lei n.º 8666/93. Vigência: 03/04/2019 a 02/04/2020. Assinatura: 13/02/2019. Assinam: Francisco José Parente Vasconcelos Junior, Procurador-Chefe, pela contratante e Eugênia Maria Landim Barbosa, Representante Legal, pela contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2019. Partícipes: PRT 10ª REGIÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO (PRT-10ª Região) e SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (SECONCI). Objeto: Estabelecimento de cooperação técnica entre os partícipes com a finalidade de finalizar a elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) aplicáveis à PRT-10ª Região, além da implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum. Data da assinatura: 14/02/2019; Signatários: Erlan José Peixoto do Prado, Procurador-Chefe da PRT-10ª Região e Deyr Correa, Presidente do SECONCI.

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2019

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 14/02/2019 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recepcionista para execução na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região. Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 21/02/2019 das 08h00 às 11h59 e de 12h00 às 17h59. Endereço: Av.w-3 Norte Q.513 - 1º Subsolo, 3ª e 4ª Andares BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 21/02/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 07/03/2019, às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

GABRIEL CESAR DIAS DANTAS
Pregoeiro

(SIDEAC - 20/02/2019) 200024-00001-2019NE000007

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: Ministério Público do Trabalho, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região e a Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI. PGEA 1172.2018.12.900/0; Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 20/02/2019. Quêzia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez, Procuradora-Chefe e Lucinéia Claudia Maes Passerino, Coordenadora de Atenção ao Estudante.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 25/2018

Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região e UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES - GOIABEIRAS). Objetivo: proporcionar aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a oportunidade de realização de estágio de ensino superior no MPT/PRT-17ª. Vigência: 05 (cinco) anos, a partir da data de assinatura. Assinam: Valério Soares Heringer, Procurador-Chefe, e Sr. Reinaldo Centoducatte, Reitor, pela instituição de ensino. Data de assinatura: 18/12/2018.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade com fundamento no Art. 25 da Lei 8.666/93. Empresa: LEX EDITORA S/A CNPJ: 61.160.768/0001-17. Objeto: Renovação de assinatura anual do sistema de pesquisa on-line MAGISTERNET. Processo: 001805.2018.17.900-4; Valor: R\$ 5.015,00. Nota de Empenho: 2018NE000534. Assina: Valério Soares Heringer, Procurador Chefe.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: PGEA nº 20.02.1800.0000111/2018-06. Termo Aditivo nº 01/2019. Contratantes: Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região e Empresa Thommen Campos Engenharia e Construções Ltda. CNPJ nº 11.535.128/0001-76. Objeto: prorrogação da vigência do Contrato. Vigência: 28/02/2019. Tiago Ranieri de Oliveira como Procurador-Chefe e Leonardo Thommen Dias Campos como Representante Legal da empresa. Assinatura: 07/02/2019.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2016

PGEA: 20.02.1900.0000056/2017-91; Contratante: União Federal/PRT/19ª Região; Contratada: W E Administradora de Serviços Ltda.; Objeto: Prorrogação da vigência do contrato original; Vigência: 1/2/19 a 31/1/20; Assinatura: 29/1/19; Signatários: Dr. Rafael Gazzané Junior, pela Contratante e Sr.ª Elisângela N. Rocha, pela Contratada.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DE GESTÃO DE PROCESSOS E INFORMAÇÕES

SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL Nº 8 - SEC-MS, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

TC 041.182/2018-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO ALESSANDRO DUARTE DOS SANTOS (CPF: 778.155.991-68) para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 20/2/2019: R\$ 1.984.400,03; em solidariedade com os responsáveis devidos.

O débito decorre de superfaturamento decorrente de pagamentos sem correspondência com serviços prestados pela empresa Coneplan Construção e Planejamento Ltda. e não atingimento dos objetivos do Convênio 657.015/2009 (SIAFI 654800).

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 20/2/2019: R\$ 2.612.001,26; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure no rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992), e) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea g e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990.

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

Informações detalhadas acerca do processo, da irregularidade acima indicada, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e solidariedade, do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex-Sec-MS ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

ROBERTO EIJI SAKAGUTI
Diretor
Substituto

SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DE RORAIMA

EDITAL Nº 4 - SEC-RR, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019

TC 016.186/2017-6 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO Antônio Correa Neto, CPF-633.550.192-91, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 8/2/2019: R\$ 119.051,23. O débito decorre da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos pelo Município de Bonito/PA na modalidade fundo a fundo à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -PNATE, em razão da omissão no dever de prestar contas no prazo legal, motivos que caracterizam infração ao parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988; art. 93 do Decreto-Lei 200/1967; art. 8 c/c a alínea "a" do inciso III do art. 16 da Lei 8443/92; art. 145 do Decreto 93.872/1986; Resolução CD/FNDE 12, de 17/3/2011(PNATE):

a) Irregularidade: não comprovação da boa e regular gestão de recursos públicos recebidos na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, durante exercício de 2012, devido à omissão do dever de prestar contas.

b) Conduta: não comprovar a correta e regular aplicação dos recursos recebidos, no exercício de 2012, no valor total original de R\$ 81.435,73, transferido fundo a fundo pelo FNDE, com fins de proceder a execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, naquela municipalidade.

c) Dispositivos violados: parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988; art. 93 do Decreto-Lei 200/1967; art. 8 c/c a alínea "a" do inciso III do art. 16 da Lei 8443/92; art. 145 do Decreto 93.872/1986; Resolução CD/FNDE 12, de 17/3/2011(PNATE)

d) Nexa de causalidade: como prefeito do município de Bonito/PA e responsável pela municipalidade durante o período de liberação e execução das parcelas, cabia ao gestor a responsabilidade por prestar contas da importância recebida. A omissão no dever legal leva à conclusão pelo cometimento do dano ao erário no valor da importância apurada, R\$ 81.435,73, em valores originais.

e) Culpabilidade: não é possível afirmar que houve boa-fé do responsável, era razoável esperar do ex-Prefeito o conhecimento da ilicitude do ato, a conduta do ex-gestor não está albergada pela obediência hierárquica, tampouco pelo estrito cumprimento do dever legal.

Os documentos eventualmente apresentados a título de prestação de contas deverão estar de acordo com as exigências legais e regulamentares, vir acompanhados de argumentos de fato e de direito, de elementos comprobatórios das despesas e da regular aplicação dos recursos federais geridos, bem como de justificativa para a omissão no dever de prestar contas no prazo estabelecido.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 8/2/2019: R\$ 133.848,55; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure no rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992); e) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea g e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990.

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A emissão da Guia de Recolhimento da União - GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br) aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

Informações detalhadas acerca do processo, das irregularidades acima indicadas, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e dos cofres credores podem ser obtidas junto à Secretaria do TCU em Roraima ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

AURELIO TOALDO NETO
Secretário

